

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

**AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, SEXO E SEUS MÚLTIPLOS
SENTIDOS**

Nalui Batista de Almeida

Seropédica

2016

Nalui Batista de Almeida

**AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, SEXO E SEUS MÚLTIPLOS
SENTIDOS**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciada em Filosofia.

Orientador: Walter Valdevino Oliveira Silva

Seropédica

2016

Nalui Batista de Almeida

**AS CONSTRUÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, SEXO E SEUS MÚLTIPLOS
SENTIDOS**

Monografia apresentada ao curso de
Licenciatura em Filosofia da Universidade
Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos
requisitos necessários à obtenção do título de
Licenciada em Filosofia.

Orientador: Walter Valdevino Oliveira Silva

Em 28 de junho de 2016.

Prof. Dr. Walter Valdevino Oliveira Silva (Depto. de Filosofia – UFRRJ; orientador)

Profa. Dra. Alessandra de Andrade Rinaldi (Depto. de Ciências Sociais – UFRRJ)

Profa. Dra. Nelma Garcia de Medeiros (Depto. de Filosofia – UFRRJ)

Conceito Final:

DEDICATÓRIA

Para as duas mulheres mais importantes da minha vida:

Minha irmã, Luina, que sempre apoia meus sonhos
e me ama independente de nossas diferenças;

Minha mãe, Nair, que me ofereceu toda sua generosidade,
carinho e dedicação sem nunca pedir algo em troca.

Sem o exemplo de vocês eu nada seria.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço as professoras Nelma Medeiros e Alessandra Rinaldi por terem aceitado o convite de participar da banca examinadora desse trabalho. Ao meu orientador, Walter Valdevino, deixo meu muito obrigada! Sua compreensão e apoio foram fundamentais para esse estudo existir.

Todo o corpo docente do curso de filosofia da UFRRJ foi de extrema importância tanto na graduação quanto nos conselhos para a vida.

Aos amigos, Nélio Pereira e Tássia Antunes: minha vida e meus regressos a Santos não seriam a mesma coisa sem vocês. Vinícius Monteiro: nossos papos, os vinhos, sua família e nossa cumplicidade são momentos impagáveis. Daniel Corban, Lucas Gouvea, Vinícius Santos, João Carlos, Flávio Vasconcellos e Rafael Martins: nos divertimos, estudamos, tomamos café e compartilhamos momentos de certezas e incertezas na vida, muito obrigada por sempre me questionarem. Muitas noites de filosofia e cerveja foram compartilhadas com Miécimo Jr. e Rodrigo Magalhães; somos um trio e tanto!

André von Randow (Formiga): nossas discussões, passeios, cafês da “tarde” e companheirismo são a base de nossa amizade; sem esses momentos o caminho até aqui não seria suportável.

Maricruz, minha amiga mexicana: minha ida ao México foi um “regalo”, por ter te conhecido; você é um presente que o intercâmbio me proporcionou conhecer.

Parceria e cumplicidade me foram proporcionadas pelo João Felisberto; nossas conversas e estudos ficaram guardados em minha memória.

A Clarice Gonring agradeço por ter me privilegiado com o amor de seus cães e por ter me ensinado que morar em uma “república” pode ser uma experiência positiva. Às meninas do alojamento, em especial Larissa Albuquerque e Angélica Perígolo: obrigada por me aturarem. Aos amigos do Lajedo, o trabalho seria muito chato e pesado sem vocês; agradeço por fazerem da “labuta” algo divertido. Joel Braga, que nossa amizade continue regada de vinhos e chimarrão!

Ellen Rosa, você me ensinou que pessoas muito diferentes podem se amar. Seu jeito marcante, espontâneo e idealista modificaram meu olhar para o mundo, seja sempre intensa!

Dalila Martins (Bauer): você está sempre disposta a ajudar. Nossas bebedeiras, conversas e trocas de experiências são marcas de nossa amizade.

Estevão Sousa: sou extremamente feliz e grata por nossa família nada tradicional brasileira! Nos momentos de alegria e desespero você esteve presente, compartilhamos muitos

momentos de filosofia, bate papos e amor; agradeço imensamente as muitas horas dedicadas a mim.

Por último, agradeço a todos os aqui mencionados e às várias pessoas que permearam minha vida, todos foram especiais nesse longo caminho!

RESUMO

Os nomes “homem” e “mulher” são duas categorias que muito nos dizem: falam sobre uma marcação biológica, sobre distinções físicas e mentais, mas, sobretudo, nos falam sobre papéis a serem executados. Há de se reconhecer, entretanto, que inúmeras questões não ficam respondidas ao pensarmos a existência de uma maneira tão binária. É nesse ponto que encontramos a recente discussão a respeito de gênero e sexo. Pensar nos muito sentidos que gênero pode ter envolve também refletir acerca dos significados de “masculino”, “feminino”, “macho”, “fêmea” e até mesmo de “sexo”. Esta pesquisa se dispõe, ainda que de uma maneira muito preliminar, a analisar, num primeiro momento, condições históricas e sociais que favoreceram o surgimento das noções de sexo e gênero. Posteriormente, nosso foco volta-se para a observação da “evolução” das nossas construções e quais critérios possivelmente podem ter norteado o caminho conceitual dessas construções. Por fim, pretendemos problematizar, por meio de tais resultados, dois grandes calços das construções de sexo e gênero: as esferas pública e privada.

Palavras-chave: gênero, sexo, história, esfera pública, esfera privada

ABSTRACT

The nouns "man" and "woman" are two categories that tell us different things: biological marking, physical and mental distinctions, and above all tell us about the functions that we should follow. We have to recognize, however, that many questions remain unanswered when we deal with it in a binary way. It is at this point that we found the recent discussion about genre and sex. Think in the many notions that genre can involve also implies reflect on the meaning of “male”, “female”, “manly”, “womanly”, etc., even about the notion of “sex”. This research aims analyze, in a very preliminary way, in a first moment, the historical and social conditions that favored the emergence of the sex and gender notions. Then, our focus turns to observation of the "evolution" of our background and what criteria can possibly have guided the conceptual path of these notions buildings. At the end, we intend to problematize these questions through such results using two greats bases of the constructions of sex and gender: the private and public spheres.

Keywords: gender, sex, history, public sphere, private sphere.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	08
CAPÍTULO I – História e gênero: notas acerca da construção do gênero.....	09
CAPÍTULO II – Gênero e sexo: notas acerca da construção do sexo.....	18
CAPÍTULO III – Gênero, sexo e política: análise acerca da esfera pública e da esfera privada.....	23
CONCLUSÃO.....	29
BIBLIOGRAFIA.....	30

INTRODUÇÃO

Um dos maiores desafios contemporâneos diz respeito à superação de construções sociais fundadas, sobretudo, sob as bases da tradição e que não possuem nenhuma serventia para a vida e, por isso, não se justificam. Um destes desafios é justamente uma de nossas convicções mais sólidas: o ser homem e o ser mulher. Ao nascermos, antes mesmo de nos tornarmos aptos a realizar qualquer tipo de leitura do mundo que nos cerca, todos nós recebemos de nossos semelhantes o discurso de um único destino, uma única maneira de ser, aquela que veio impressa em nossos corpos, aquela que a “natureza nos deu”. Essa convicção de que a natureza imprime em nosso corpo a marca do que devemos ser têm sido constantemente desestabilizadas, tem se tornado cada vez mais vazia e sem sentido. Contudo, como em toda transição, existem vozes de apologia ao tradicional? Como se funda e por quais critérios podemos dizer que aquilo que criamos já na ocasião do nascimento não possui nenhuma relação com aquilo que realmente podemos ser?

Posto isso, o presente estudo se propõe, primeiramente, a fazer breves reflexões acerca das definições de gênero e de sexo, para, posteriormente, analisar essas definições e suas implicações dentro das esferas público e privado. Nos propomos aqui a pensar nos muitos sentidos que gênero pode ter, além de problematizar as distinções baseadas no sexo através do argumento biológico das diferenças entre homens e mulheres, pois, o distanciamento do fator biológico salienta a criação, por parte do social, das atribuições do que é “característico” de homens e mulheres.

Para tanto, no primeiro capítulo, fazemos uma reconstrução histórica das várias formas que o gênero é compreendido e utilizado. Também destacamos alguns aspectos históricos, políticos, socioeconômicos e psicológicos que servem de base para a construção do gênero. No segundo capítulo problematizamos a diferença sexual entre homens e mulheres. Cotidianamente, escutamos que homens e mulheres são seres opostos, que possuem naturezas completamente diferentes, tendo em vista, que semelhanças e diferenças entre os corpos sempre existiram, analisamos quais elementos servem de base para tais afirmações. No terceiro e último capítulo, fazemos uma pequena reflexão de como os muitos sentidos de sexo e gênero contribuem tanto para a criação das esferas público e privado quanto para condicionar as ações de homens e mulheres dentro dessas duas esferas.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA E GÊNERO: NOTAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO GÊNERO

A historiadora norte-americana Joan Wallach Scott (1941-) inicia sua obra *Gender and The Politics of History*¹ destacando que os sentidos das palavras possuem uma história. A palavra gênero, apesar de ter significados pré-estabelecidos, tem sentidos que não são tão fixos e definitivos como, por exemplo, na definição de um dicionário ou no uso gramatical do português brasileiro:

A relação com a gramática é ao mesmo tempo explícita e cheia de possibilidades inexploradas. Explícita, porque o uso gramatical implica em regras formais que decorrem da designação de masculino ou feminino; cheia de possibilidades inexploradas, porque em vários idiomas indoeuropeus existe uma terceira categoria – o sexo indefinido ou neutro.²

Pensar nos muito sentidos que gênero pode ter envolve também refletir acerca dos significados de “masculino”, “feminino”, “macho”, “fêmea” e até mesmo de “sexo”.

Com o intuito de problematizar as distinções baseadas no sexo através do argumento biológico das diferenças entre homens e mulheres, “gênero” passou a ser utilizado, por feministas americanas, para indicar “uma rejeição ao determinismo biológico implícito no uso de termos como “sexo” ou “diferença sexual”.³ As feministas que estavam preocupadas com estudos que se centravam apenas nas mulheres passaram a utilizar o termo “gênero”. Esse é um de seus usos mais recentes, para se referir a mulheres e homens, de modo que os dois estariam ligados, só havendo compreensão a partir do estudo de ambos. Em outras palavras, estudar a história das mulheres também inclui estudar a história dos homens, como dois lados de uma mesma moeda, para entender os papéis sexuais nos grupos de gênero, suas implicações no passado e como isso contribuía para a sociedade ser de uma forma e não de outra. Os “dois lados” precisam ser analisados.

Seguindo a linha de pensar nos usos do termo gênero, podemos mencionar pesquisadoras feministas tais como as historiadoras Natalie Davis, Ann D. Gordon e Mari

¹ Utilizarei a tradução em língua portuguesa de Scott, Joan. “Gender: a useful category of historical analyses”. In: *Gender and the politics of history*. New York, Columbia University Press, 1989. Em língua portuguesa: SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995. (Tradução/Artigo).

² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 2

³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 3

Jo Buhle, que estudavam as mulheres visando obter uma mudança de paradigma na ciência, não apenas na forma de operar, mas também uma reavaliação crítica de suas premissas. Para elas, incluir as mulheres na história significaria mudar o mundo e seus padrões como um todo. Sendo assim, a maneira como essa nova história iria simultaneamente incluir e apresentar a experiência das mulheres dependeria da maneira como o gênero poderia ser desenvolvido como uma categoria de análise.⁴ Muitas vezes, essas historiadoras faziam analogias do gênero com as desigualdades de classe e raça, pois vislumbravam uma mudança através dessas categorias.

Entretanto, Scott pontua que gênero, classe e raça não são tão semelhantes assim. Ao passo que a categoria classe parte da determinação econômica e da mudança histórica, gênero e raça não fazem essa associação necessariamente. Enquanto a teoria de classes pressupõe uma causalidade econômica, raça e gênero não o fazem. Mais especificamente, em relação ao gênero, o seu uso comporta um elenco tanto de posições teóricas, quanto de simples referências descritivas às relações entre os sexos.⁵ As historiadoras feministas passaram a se preocupar com formulações teóricas utilizáveis, e isso ocorreu porque:

1. Os estudos da história das mulheres parecem exigir um estudo de forma sintética que, ao mesmo tempo que explica as desigualdades persistentes, suas continuidades e descontinuidades, também dá conta das experiências sociais radicalmente diferentes;
2. Há uma discrepância entre o material de qualidade produzido pelas mulheres e a desvalorização desses trabalhos no meio acadêmico.⁶ A produção de conhecimento feita pelas mulheres não está sendo aproveitada.

⁴ Scott, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 4.

⁵ Scott, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 4.

⁶ Um exemplo da desvalorização feminina no mundo acadêmico pode ser extraído do artigo “Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil” (2015). Publicado pela ANPOF e escrito pela professora Carolina Araújo, expõe o quantitativo da presença das mulheres nos cursos de pós-graduação de Filosofia pelo país. O resultado da pesquisa mostra que “das 4.437 pessoas, entre docentes e discentes, que compõem a comunidade analisada, 27% são mulheres e 73% são homens, o que contrasta com a proporção entre os egressos da graduação em Filosofia, em que as mulheres são 38,4% e os homens 61,6%”. A situação mostra-se ainda mais grave quando analisamos a proporção feminina comparada com a masculina nos diferentes estágios da carreira acadêmica: entre os concluintes do curso de filosofia, apenas 38,4% são mulheres, já entre os professores permanentes de Programas de Pós- Graduação, a participação feminina é de 19,95%. O relatório conclui que a proporção de mulheres diminui em 48%, enquanto a de homens aumenta em 29,95% (de 61,6% na base para 80,05% no topo). A pesquisa chega à alarmante conclusão de que uma mulher tem aproximadamente 2,5 vezes menos chance do que um homem de chegar ao topo dessa carreira profissional e mostra a crescente necessidade de pensarmos a valorização feminina no meio acadêmico brasileiro.

Atualmente, muitos documentários, livros e estudiosos provaram que a história também foi feita por mulheres. Elas fizeram a diferença na organização política das civilizações, ganharam prêmios, muitas vezes foram precursoras na ciência etc. Entretanto, o reconhecimento desses feitos costuma ficar à margem da história dominante, sendo deixado como fonte para as feministas, como sendo um estudo à parte.

A participação das mulheres não foi motivo de grande interesse. Na maioria das vezes, saber ou não da participação das mulheres não altera, em um sentido bem geral, o que as pessoas pensam sobre os acontecimentos históricos. Segundo Scott, esse desinteresse é um desafio teórico, pois, “exige a análise não só da relação entre experiências masculinas e femininas no passado, mas também a ligação entre a história do passado e as práticas históricas atuais”.⁷ A partir disso, Scott faz os seguintes questionamentos: como o gênero funciona nas relações sociais humanas? Como o gênero dá um sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico? E acrescento: como o gênero dá sentido e é utilizado nos diversos setores da sociedade e quais suas implicações? Para responder a essas questões, Scott irá propor o gênero como uma categoria de análise.

A maioria das teóricas sobre gênero não fugiram dos quadros tradicionais e se basearam em explicações causais universais que já eram propostas no passado, as quais possuem um caráter limitado porque tendem a incluir generalizações redutoras ou simplistas. Essas explicações deixam de lado a complexidade da causalidade social, bem como o engajamento feminista na elaboração de análises que possam levar a mudanças.

As propostas dessas teóricas, diz Scott, se dividem em, ao menos, duas categorias distintas:

A primeira é essencialmente descritiva, isto é, ela se refere à existência de fenômenos ou realidades sem interpretar, explicar ou atribuir uma causalidade. O segundo uso é de ordem causal, ele elabora teorias sobre a natureza dos fenômenos e das realidades, buscando entender como e porque aqueles tomam a forma que eles têm.⁸

Ao longo do texto, a autora examinará essas propostas e seus limites.

Em seu uso simples, gênero é sinônimo de mulheres. Livros e alguns estudos recentes tratam realmente da aceitabilidade política desse campo de pesquisa. Nessas circunstâncias, o uso do termo ‘gênero’ visa indicar a erudição e a seriedade de um

⁷ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 5

⁸ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 6.

trabalho porque ‘gênero’ tem uma conotação mais objetiva e neutra do que ‘mulheres’.⁹ Esse uso está mais para uma terminologia neutra do que para uma política do feminismo – até porque associá-lo ao feminismo parece que, de antemão, se torna algo negativo. Nesse viés:

O termo gênero não implica necessariamente na tomada de posição sobre a desigualdade ou o poder, nem mesmo designa a parte lesada (e até agora invisível). Enquanto o termo “história das mulheres” revela a sua posição política ao afirmar (contrariamente às práticas habituais), que as mulheres são sujeitos históricos legítimos, o “gênero” inclui as mulheres sem as nomear, e parece assim não se constituir em uma ameaça crítica.¹⁰

Seria, portanto, um modo passivo de introduzir as mulheres sem “incomodar”.

Seguindo a linha exposta acima, gênero, utilizado no sentido neutro ou como substituto de mulheres, sugere que falar da história das mulheres é falar também dos homens, voltando para a ideia dos dois lados da mesma moeda. Contudo, esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem muito pouco ou nada a ver com o outro sexo.¹¹

Apesar de atrelar ambas histórias, gênero é usado para tratar das relações sociais entre os sexos, rejeitando, assim, justificativas biológicas. O distanciamento do fator biológico salienta a criação, por parte do social, das atribuições do que é “característico” de homens e mulheres: o uso do “gênero” coloca a ênfase sobre todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas que não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade.¹²

Ao longo do tempo, os estudos sobre gênero foram ganhando volume e importância, entretanto, suas temáticas envolviam as mulheres, as crianças, as famílias e as ideologias do gênero, voltando-se apenas para as relações entre os sexos, sem abranger questões políticas ou de poder. Usar o gênero dessa forma sustenta a ideia de que as relações entre sexos são sociais, mas apenas descreve essas relações, sem esclarecer como essas são formadas, por que são dessa forma, ou quais as possibilidades de mudança.

Posto isso, para enfrentar essa problemática, os estudos sobre gênero adotaram várias abordagens, que podemos resumir em três:

⁹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 6.

¹⁰ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 6.

¹¹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 7.

¹² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 7.

A primeira, um esforço inteiramente feminista que tenta explicar as origens do patriarcado. A segunda se situa no seio de uma tradição marxista e procura um compromisso com as críticas feministas. A terceira, fundamentalmente dividida entre o pós-estruturalismo francês e as teorias anglo-americanas das relações de objeto, inspira-se nas várias escolas de psicanálise para explicar a produção e a reprodução da identidade de gênero do sujeito.¹³

O foco das teóricas do patriarcado é a subordinação das mulheres através da suposta necessidade de dominação do homem (muitas vezes entendido como “macho”) em relação à mulher. A reprodução é apontada, por muitas adeptas dessa linha, como um fator que mantém a dominação. Mas, para outras estudiosas, o patriarcado se fortalece na ideia de sexualidade em si. Nesse sentido, a dominação ocorre através da recriminação do desejo da mulher, mas também parte das diferenças físicas. Um modo de dominação também se encontra na maneira de nos expressarmos na linguagem – normalmente, quando falamos de sexualidade, o homem aparece no comando – “ele é quem pega”, “ele é quem come”. A reificação sexual é o processo primário da sujeição das mulheres. Ele alia o ato à palavra, a construção à expressão, a percepção à coerção, o mito à realidade. “O homem come a mulher: sujeito, verbo, objeto”¹⁴.

Vários apontamentos das teóricas do patriarcado acerca das desigualdades entre homens e mulheres foram importantes. Todavia, Scott destaca alguns problemas envolvendo essas teorias. Primeiramente, elas propõem uma análise interna ao sistema de gênero, ao passo que sustentam a anterioridade desse sistema em relação à organização social no seu conjunto. Porém, dada sua primazia, as teóricas do patriarcado deveriam explicar a relação da desigualdade de gênero com as outras desigualdades, e isso não é feito.

O segundo problema gira em torno do corpo da mulher, da sua capacidade reprodutiva e da dominação do homem. O modo de análise desses pontos se baseia na diferença física, sendo problemático, pois toda a diferença física tem um caráter universal e imutável, mesmo quando as teóricas do patriarcado levam em consideração a existência de mudanças nas formas e nos sistemas de desigualdade no gênero.¹⁵ Uma teoria que descarte a construção social e os aspectos culturais, utilizando apenas o físico como base,

¹³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 9.

¹⁴ MCKINNON, Catherine. “Feminism, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory”. In *Signs*, 7 (Spring 1982), p. 515.

¹⁵ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 10.

engessa as possibilidades de analisar o gênero, tornando a desigualdade de gênero permanente e imutável:

As teóricas marxistas possuem uma abordagem mais abrangente. No entanto, o fato de que elas se impõem a exigência de encontrar uma explicação “material” para o gênero limitou ou pelo menos atrasou o desenvolvimento de novas direções de análise. [...]A explicação das origens e das transformações de sistemas de gêneros se encontra fora da divisão sexual do trabalho.¹⁶

As teóricas marxistas consideram o patriarcado e o capitalismo sistemas de dominação que interagem, mas são separados. Contudo, o patriarcado é secundário ao capitalismo. A causalidade econômica se torna prioritária e o patriarcado está sempre se desenvolvendo e mudando como uma função das relações de produção.¹⁷ As teóricas do marxismo reconheceram que a subordinação das mulheres já ocorria antes do capitalismo e que mesmo em outros sistemas ela se mantém, além de o capital não determinar de forma direta as relações de gênero. Ainda assim, tentaram encontrar uma explicação materialista.

Para contornar os problemas mencionados acima, algumas teóricas propuseram que os sistemas econômicos e de gênero agem uns sobre os outros, reciprocamente, na produção de experiências sociais e históricas. Porém, em última instância, apesar de considerar uma existência independente do gênero, essa teoria atrela a determinação dos sistemas de gênero à causalidade econômica. Em linhas gerais, o problema enfrentado pelas teóricas que se basearam nos estudos de Marx é que, no interior do marxismo, o conceito de gênero foi por muito tempo tratado como subproduto de estruturas econômicas mutantes: o gênero não tem tido o seu próprio estatuto de análise.¹⁸

Passemos para a teoria psicanalítica. Suas abordagens se classificam segundo as origens nacionais dos seus fundadores ou da maioria daqueles e daquelas que os aplicam. São elas: a escola anglo-americana, que trabalha em termos de teorias de relações de objeto (*Object Relations-Theory*, aqui representada por Chodorow¹⁹) e a escola francesa, que utiliza como fundamento as leituras estruturalistas e pós-estruturalistas de Freud, no contexto das teorias da linguagem. Scott salienta que, para as feministas, a figura central é Jacques Lacan. Ambas escolas investigam os processos pelos quais foi criada a

¹⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 10.

¹⁷ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 11.

¹⁸ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 13.

¹⁹ CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley: University of California Press. 1978.

identidade do sujeito. Analisam, principalmente, as primeiras etapas do desenvolvimento infantil, buscando compreender como ocorre a identidade de gênero:

As teóricas das relações de objeto colocam a ênfase sobre a influência da experiência concreta (a criança vê, ouve, têm relações com as pessoas que cuidam dela e, particularmente, naturalmente, com os seus pais), ao passo que os pós-estruturalistas sublinham o papel central da linguagem na comunicação, interpretação e representação de gênero (para os pós-estruturalistas... linguagem não designa unicamente as palavras, mas os sistemas de significação, as ordens simbólicas que antecedem o domínio da palavra propriamente dita, da leitura e da escrita).²⁰

As duas escolas diferem a respeito do papel do inconsciente. Para as teóricas das relações de objeto, é possível compreendê-lo de forma consciente e, para as pós-estruturalistas, não, pois o inconsciente possui um papel decisivo na construção do sujeito. O lugar da divisão sexual, portanto, é um local de instabilidade para o sujeito sexuado.

Em relação às duas teorias acima expostas, Scott faz alguns apontamentos. A ressalva para a teoria das relações de objeto é devido ao seu literalismo, do fato de que ela faz depender a produção da identidade de gênero e a gênese da mudança de estruturas de interrelação relativamente pequenas.²¹ O papel familiar de cada indivíduo é muito importante para essa teoria, destacando que no modo de dominação ocidental,

o sentido feminino do Eu é fundamentalmente ligado ao mundo, o sentido masculino do Eu é fundamentalmente separado do mundo. Segundo Chodorow, se os pais fossem mais envolvidos nos deveres parentais e mais presentes nas situações domésticas os resultados do drama edipiano seriam provavelmente diferentes.²²

O fator problemático dessa afirmação é se preocupar apenas com os aspectos domésticos e possuir uma abordagem apenas voltada para os fatores psicológicos, limitando o conceito de gênero à esfera familiar, deixando de lado o meio social, o político etc. Apesar de não excluir a influência social, a origem dessas disposições sociais não está clara, nem o porquê delas serem articuladas em termos da divisão sexual do trabalho.²³

Scott acrescenta que, em nenhum momento, são discutidas as desigualdades de poder entre homens e mulheres, nem como as crianças assimilam essa diferença de poder

²⁰ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 14.

²¹ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 14.

²² SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 15.

²³ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 15.

(e as reproduzem), mesmo em lares onde isso não ocorre. Não abranger o social inviabiliza, por exemplo, afirmar que as crianças assimilam e repetem situações extrafamiliares. Não há atenção às maneiras como as sociedades representam o gênero, o utilizam para articular regras de relações sociais ou para construir o sentido da experiência. Sem o sentido, não tem experiência; e sem processo de significação, não tem sentido.²⁴

Já na teoria de Lacan, a linguagem está no centro. É através dela que a identidade de gênero é construída. Dentro dessa teoria, o falo deve ser entendido de forma metafórica:

O drama Edipiano faz com que a criança conheça os termos da interação cultural, já que a ameaça de castração representa o poder, as regras da lei (do pai). A relação da criança com a Lei depende da diferença sexual, da sua identificação imaginária (ou fantasmática) com a masculinidade ou feminilidade.²⁵

Contudo, por mais que a identificação de gênero possa parecer definitiva, ela é instável. O princípio de masculinidade baseia-se na repressão necessária dos aspectos femininos – do potencial bissexual do sujeito – e introduz o conflito na oposição entre o masculino e o feminino.²⁶

Dessa forma, masculino e feminino não estão ligados diretamente às categorias de homem e de mulher. Ao contrário, são construções subjetivas. Além disso, o próprio sujeito está em constante construção e oferece um meio sistemático de interpretar o desejo consciente e inconsciente, referindo-se à linguagem como um lugar adequado para a análise.²⁷

Apesar de concordar com alguns aspectos da teoria lacaniana, Scott salienta algumas características desfavoráveis. São elas: a preocupação em volta do sujeito individual; o antagonismo subjetivamente produzido entre homens e mulheres; o modo em aberto pelo qual o sujeito é construído, além da universalização das características e da relação entre feminino e masculino. O fato de o falo ser o único significante engessa a teoria, e a construção do gênero pelo sujeito fica reduzida a uma única causa, deixando de lado possíveis variáveis, o contexto e o social: precisamos rejeitar o caráter fixo e

²⁴ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 15.

²⁵ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 15.

²⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 16.

²⁷ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 16.

permanente da oposição binária, precisamos de uma historicização e de uma desconstrução autêntica dos termos da diferença sexual.²⁸

Com o intuito de analisar melhor o sexo, visto como biológico e natural, a diferença sexual entre homens e mulheres e suas possíveis implicações nos papéis sociais, exploraremos a construção do sexo no segundo capítulo desse estudo.

²⁸ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 18.

CAPÍTULO II

GÊNERO E SEXO: NOTAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO SEXO

O que define o sexo? O que nos faz afirmar que alguém é homem ou mulher? Com certeza, muitas pessoas afirmariam que é a biologia que determina o sexo, ou seja, ele parece não depender de construções sociais, e sim de dados, fatores fornecidos pela ciência, diferentemente do gênero – feminino e masculino – facilmente entendido como construído socialmente. Pensando nesses questionamentos, Thomas Walter Laqueur (1945-), no livro *Inventado o Sexo – corpo e gênero dos gregos a Freud*,²⁹ defende a tese de que o sexo, assim como o gênero, foi construído. Para tanto, ele mostra, com base em evidência histórica, que quase tudo que se queira *dizer* sobre sexo – de qualquer forma que o sexo seja compreendido – já contém em si uma reivindicação sobre gênero.³⁰

Ao fazer uma pesquisa, utilizando manuais de parteiras do século XVII, Laqueur percebeu que médicos e parteiras acreditavam que o orgasmo feminino era uma das condições para uma concepção de sucesso, e davam várias sugestões para que a mulher o atingisse. O orgasmo era praticamente indispensável para uma mulher engravidar:

[...] a ciência médica e aqueles que confiavam nela deixaram de considerar o orgasmo feminino relevante para a geração. A concepção, diziam, podia ocorrer secretamente, sem os ditos tremores ou sinais de excitação; a noção antiga de que “afora o prazer não existe nada no mundo” foi desacreditada. O orgasmo, antes um sinal do processo de geração, profundamente arraigado nos corpos do homem e da mulher, um sentimento cuja existência não era mais aberta a debate que a sensação calorosa e agradável que geralmente acompanha uma boa refeição, foi relegado ao reino da mera sensação, à periferia da fisiologia humana – acidental, dispensável, um bônus contingente do ato da reprodução.³¹

Até o século XVII, o corpo da mulher era conhecido como uma versão menos importante do corpo do homem, e esse era o modelo de sexo único. No século XVIII, a importância do orgasmo vai perdendo espaço, ao passo que o corpo feminino começa a ser visto como o oposto incomensurável do corpo do homem, sendo esse o modelo de dois sexos.

Laqueur salienta que as mudanças entre os corpos podem ser compreendidas como resultado do progresso científico, entretanto, as datas das descobertas científicas não se

²⁹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

³⁰ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 23.

³¹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 15.

encaixam com as novas concepções do corpo sexual. Sua pesquisa indica que os dois modelos sempre existiram, mas que o modelo de dois sexos entrou em evidência durante o Iluminismo. Na Antiguidade e no pré-Iluminismo, a imagem da mulher era associada à sensualidade e a dos homens, à amizade. Apenas no final do século XVIII o pensamento acerca do desejo das mulheres se modificou, e elas passaram a ser vistas como “seres que não se preocupam com sentimentos sexuais”. O prazer no corpo da mulher não seria mais importante, e o orgasmo passa a ser característico do corpo do homem. Em outras palavras, o orgasmo seria natural ao homem e facultativo à mulher, sendo um marco biológico da diferença sexual.

Até o século XVIII, escritores e pesquisadores seguiam o modelo de sexo único, não se baseando em diferenças corporais para descrever ou diferenciar homens e mulheres. Segundo eles, ambos possuíam o mesmo órgão sexual, porém o do homem ficava à mostra e o da mulher, dentro do corpo. A vagina era vista como um pênis interno, os lábios, como o prepúcio, o útero, como o escroto e os ovários, como os testículos.³² Contrariamente, no modelo de dois sexos, os aspectos que até então aproximavam, a partir de 1800, serviram para médicos, naturalistas e estudiosos em geral diferenciar e caracterizar não só os corpos, mas duas naturezas distintas. Não só os sexos seriam diferentes, mas homens e mulheres seriam diferentes em todo o aspecto concebível do corpo e da alma, em todos os aspectos físicos e morais.³³

A mudança de modelo sexual colocou os aspectos biológicos como determinantes e os únicos capazes de definirem o sexo. Todavia, a biologia também serviu de base para atribuir os papéis sociais de homens e mulheres. A biologia – o corpo estável, não-histórico e sexuado – é compreendido como o fundamento epistêmico das afirmações consagradas sobre a ordem do social.³⁴ O corpo deixa de ter múltiplos significados, e são os “fatos” biológicos que servem de base para alguém “ser homem” ou “ser mulher”. E mais: são esses “fatos”, por serem “naturais”, que irão determinar o que é característico do feminino e do masculino.

Desde o Iluminismo até os dias atuais, nos pautamos no sexo biológico para definir se um bebê, por exemplo, é menino ou menina. Podemos não saber com qual gênero – feminino ou masculino – esse bebê irá se identificar no futuro, mas seu sexo pode ser identificado antes mesmo da criança nascer. Dessa forma, o sexo vem antes do

³² LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 16.

³³ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 17.

³⁴ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 18.

gênero, já que o último depende da relação do sujeito com a cultura. Contudo, nem sempre o sexo foi primordial ao gênero. Como pontua Laqueur, na Antiguidade e no pré-Iluminismo,

o sexo, ou o corpo, deve ser entendido como o epifenômeno, enquanto que o *gênero*, que nós consideraríamos uma categoria cultural, era primário ou “real”. O gênero – homem e mulher – era muito importante e fazia parte da ordem das coisas; o sexo era convencional [...] o que nós chamamos de sexo e gênero existiam em um “modelo de sexo único” explicitamente ligados em um círculo de significados [...] Ser homem ou mulher era manter uma posição social, um lugar na sociedade, assumir um papel cultural, não *ser* organicamente um ou outro de dois sexos incomensuráveis. Em outras palavras, o sexo antes do século XVII era ainda uma categoria sociológica e não ontológica.³⁵

Nesse sentido, temos o sexo como cultural, vinculado às construções sociais. O que hoje atribuímos ao gênero era do domínio do sexo.

Explicitamos, até o momento, dois modelos de sexo. Também afirmamos que houve uma mudança, do modelo de sexo único para o modelo de dois sexos a partir do Iluminismo. Porém, o que desencadeou ou quais são os motivos para essa mudança ter ocorrido? Ora, uma resposta plausível é o avanço da ciência: novas descobertas científicas permitiram um conhecimento mais amplo do corpo humano. Novas descobertas biológicas foram capazes de provar que reprodução e prazer não estavam necessariamente ligados; os órgãos sexuais de homens e mulheres são diferentes não apenas na aparência, mas também em suas capacidades físicas. Assim como acontece nos animais na natureza, a fêmea ovula, dá à luz, menstrua etc., enquanto o macho não.

A explicação acima seria satisfatória se as descobertas científicas tivessem ocorrido antes da mudança de modelo. A reavaliação do prazer, por exemplo, ocorreu mais de um século antes da fisiologia reprodutiva poder vir em sua ajuda.³⁶ Além disso, algumas diferenças corporais sempre existiram, porém, o modo de interpretá-las mudou. Segundo Laqueur, nos corpos de homens e mulheres,

a diferença e a igualdade mais ou menos recônditas estão por toda a parte; mas quais delas importam e com que finalidade, é determinado fora dos limites da investigação empírica. O fato de que em certa época o discurso dominante interpretava os corpos masculino e feminino como versões hierárquica e verticalmente ordenadas de um sexo, e em outra época como opostos horizontalmente ordenados e incomensuráveis, deve depender de outra coisa que não das grandes constelações de descobertas reais ou supostas.³⁷

³⁵ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 19.

³⁶ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, pp. 18-19.

³⁷ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 21.

Semelhanças e diferenças corporais, de certa forma, sempre existiram, e apesar da biologia ter destacado novas formas de explicar o funcionamento dos corpos, por si só não foi capaz de mudar o paradigma sexual. A preocupação em buscar evidências que corroborassem com o modelo de dois sexos diferentes só ocorre quando as diferenças se tornam importantes politicamente. A política, amplamente compreendida como competição pelo poder, criou novas formas de constituir o sujeito e as realidades sociais dentro das quais o homem vive.³⁸ Cabe ressaltar que a política não é a causa direta do modo como o sexo passou a ser compreendido, mas, como afirma Laqueur, o sexo, tanto no mundo de sexo único como no de dois sexos, é situacional e é explicável apenas dentro do contexto da luta sobre gênero e poder.

Posto isso, podemos voltar para nossa pergunta inicial: o que define os sexos? Contemporaneamente, ainda parece perfeitamente óbvio que a biologia defina os sexos – o que mais o sexo poderia significar? Porém, em termos mais objetivos, não há qualquer conhecimento específico da diferença sexual em termos históricos a partir de fatos indiscutíveis sobre os corpos:³⁹

A ciência e o senso comum que pretendem dar a entender que os usos culturais e sexuais dominantes são resultado da biologia e que, portanto, são intrínsecos, eternos e imutáveis não são senão expressões ideológicas que assinalam as relações de poder dominantes. Identidades profundamente sentidas, tais como feminina/masculina ou hétero/homossexual, não são privadas nem produto exclusivo da biologia, mas se criam no espaço de encontro e tensão de forças políticas, sociais e econômicas e variam com o tempo.⁴⁰

Ao longo dos anos, muitas feministas como Julia Kristeva, Catharine MacKinnon, Ruth Bleier, entre outras, problematizaram o sexo visto de forma biológica e a distinção entre sexo e gênero como esferas totalmente separadas. A sexualidade como atributo humano singular e muito importante com um objeto específico – o sexo *oposto* – é o produto do final do século XVIII. Não há nada de natural sobre isso.⁴¹ Contudo, não estamos afirmando que os conhecimentos científicos a respeito do corpo humano devam ser descartados, longe disso. Todavia, é preciso ressaltar que até os resultados encontrados pela ciência carecem de interpretação. O modo como enxergamos os dados científicos ou os “fatos” depende da mediação humana, e consequentemente, perpassa o cultural.

³⁸ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 22.

³⁹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 8.

⁴⁰ GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Claridade, 2011, p. 24.

⁴¹ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*, p. 24.

Cabe, nesse momento, algumas considerações. As diferenças, desigualdades e igualdades entre os corpos também são produzidas e fortalecidas pelos desenhos animados, pela indústria da moda, pelas mídias (televisão, jornais impressos, rádio, internet, entre outras), pela literatura e até mesmo pela gramática:

[...] A sexualidade humana é uma construção social em que se entrecruzam estruturas econômicas, sociais e políticas do mundo material. A sexualidade não é um fato natural como sugerem teorias essencialistas; ainda que esteja materialmente no corpo, o funcionamento fisiológico do mesmo não determina a configuração ou o significado da sexualidade de uma forma direta e simples.⁴²

Ou seja, nossos meios de conhecimento e as configurações sociais não apenas reproduzem semelhanças e diferenças, como também as criam, utilizando como pano de fundo, como justificativa, os aspectos biológicos:

O fato de os gigantes da anatomia renascentista persistirem em ver a vagina como uma versão interna do pênis sugere que quase todos os sinais de diferença dependem de uma teoria subjacente, ou contexto, que decide o que conta e o que não conta como evidência. [...] Pois, não estão em risco questões biológicas sobre os efeitos do orgasmo ou hormônios, mas as questões culturais e políticas com relação à natureza da mulher.⁴³

É justamente o que é atribuído e vinculado à natureza da mulher que interfere diretamente nos espaços e no papel que ela ocupa na sociedade. A forma pela qual o corpo sexual da mulher é interpretado e compreendido reflete, por exemplo, nos direitos das mulheres dentro dos espaços públicos e privados. Abordaremos melhor esse tema no próximo capítulo.

⁴² GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. pp. 23-24.

⁴³ LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. p. 32.

CAPÍTULO III

GÊNERO, SEXO E POLÍTICA: A ESFERA PÚBLICA E A ESFERA PRIVADA

Até aqui, nosso estudo ocupou-se de apresentar os componentes históricos que fomentaram a discussão que hoje temos em torno das questões de sexo e gênero. Sob a posse de tal material, nosso trabalho se volta, neste momento, para um dos muitos problemas relacionados à temática de nossa pesquisa: de que modo estão demarcados os problemas de sexo e gênero nos âmbitos públicos e privados? Em outras palavras, sabendo que existem dimensões da vida social nas quais há possibilidade de intervenção legislativa e dimensões às quais não se aplicam legislações de cunho Estatal – mas sim de cunho cultural, familiar, religioso etc. –, de que modo as construções históricas já expostas nos dois primeiros capítulos se (des)encontram ou poderiam se (des)encontrar nesses dois universos tradicionalmente nomeados por público e privado?

Uma das autoras que se dedica ao problema é Susan Moller Okin (1946-2004). A autora americana inicia o artigo “Gênero, o Público e o Privado”⁴⁴ problematizando argumentos que defendem uma distinção precisa entre a esfera pública e a esfera privada. Segundo salienta Okin, essas esferas não são isoladas:

Argumentos importantes nos debates contemporâneos dependem da suposição de que questões públicas podem ser facilmente diferenciadas de questões privadas, de que temos uma base sólida para separar o pessoal do político. Algumas vezes explicitamente, mas mais frequentemente de maneira implícita, perpetua-se a ideia de que essas esferas são suficientemente separadas, e suficientemente diferentes, a ponto de o público ou o político poderem ser discutidos de maneira isolada em relação ao privado ou pessoal.⁴⁵

A teoria política, ao menos desde o século XVII, compreende a esfera pública como algo separado das questões particulares. Nesse sentido, ela seria uma esfera homogênea, baseada na impessoalidade, em princípios universais e abstratos. Em contrapartida, a esfera privada abarcaria as relações de caráter pessoal e íntimo.

Nos debates contemporâneos, essa distinção tem sido utilizada, principalmente na teoria liberal, para classificar a esfera pública como mais acessível em relação à esfera privada, que parece requerer uma justificativa especial antes de ser acessada devido ao seu caráter particular e pessoal. Não obstante, os termos “público” e “privado” são usados com pouca preocupação em relação a sua clareza e sem definição precisa, como se todos

⁴⁴ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”. In *Estudos Feministas*, vol. 16, n. 2, Florianópolis, 2008.

⁴⁵ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, p. 305.

soubessem o que querem dizer, independentemente do contexto em que os teóricos os utilizam.⁴⁶

A partir do exposto, Okin destaca duas ambiguidades presentes na maioria das discussões sobre o público e o privado.

A primeira ambiguidade resulta do uso das palavras público e privado, pois elas indicam ao menos duas distinções conceituais centrais, com variações em cada uma delas. “Público/privado” é usado tanto para referir-se à distinção entre Estado e sociedade (como em propriedade pública e privada), quanto para referir-se à distinção entre vida não doméstica e vida doméstica. Nessas duas dicotomias, o Estado é (paradigmaticamente) público, e a família e a vida íntima e doméstica são (também paradigmaticamente) privadas.⁴⁷

Cabe ressaltar que a principal diferença entre essas dicotomias é o domínio socioeconômico. Na dicotomia Estado/sociedade, o domínio socioeconômico se encontra no âmbito do “privado”, já na dicotomia vida doméstica/vida não doméstica, ele se encontra no âmbito do “público”.⁴⁸ A ambiguidade mencionada não é amplamente discutida pelos teóricos políticos, apesar dessas duas dicotomias serem utilizadas com frequência, tendo papéis centrais. A partir daqui, abordaremos a dicotomia vida doméstica/vida não doméstica, pois, como afirma Okin, é a permanência dessa dicotomia que torna possível que os teóricos ignorem a natureza política da família, a relevância da justiça na vida pessoal e, conseqüentemente, uma parte central das desigualdades de gênero.⁴⁹

A segunda ambiguidade encontra-se no interior da divisão público/doméstico.⁵⁰ Tanto os direitos políticos quanto os direitos pertencentes à concepção moderna liberal de privacidade e do privado têm sido defendidos como direitos dos indivíduos; mas esses indivíduos foram supostos – e com frequência explicitamente definidos – como adultos, chefes de família masculinos, ou seja, ao menos no âmbito da legislação, num primeiro momento, o tratamento supostamente universal inserido no termo “indivíduo portador de direitos”, na realidade, excluiu as mulheres de uma ontologia política que funda esses

⁴⁶ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, p. 306.

⁴⁷ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, pp. 306-307.

⁴⁸ Para um estudo mais aprofundado sobre esse tema ver o artigo de Carole Pateman, “Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy”. In: BENN, Stanley I., and GAUS, Gerald F. (eds.). *Public and Private in Social Life*. London: Croom Helm, 1983.

⁴⁹ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, p. 307.

⁵⁰ Okin prefere se referir à dicotomia público/privado como “público/doméstico, adotaremos também essa nomenclatura deste ponto em diante.

direitos. Apesar do aprimoramento que o mercado e a economia sofreram nos últimos anos, permitindo que homens e mulheres trabalhem e sejam agentes socioeconômicos, às mulheres ainda estão vinculados estereótipos de gênero muito claros. Um dos exemplos mais óbvios é o trabalho doméstico e o cuidado dos filhos, tarefas ainda muito geralmente vinculadas como pertencentes à natureza feminina:

Papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios. A natureza estaria na base das diferenças hierarquizadas entre os sexos.⁵¹

O termo “indivíduos” parece garantir os direitos à privacidade de homens e mulheres, entretanto, a neutralidade do termo esconde uma diferença real que existe no mundo e que, justamente por conta da omissão causada pelo falso conforto que a língua dá, acaba por sentenciar politicamente aquilo que se espera e aquilo que não se espera de cada um dos sexos dentro do meio doméstico.

Muitos estudiosos da teoria política, como, por exemplo, Bruce Ackerman e Alasdair MacIntyre, adotaram como estratégia de escrita termos neutros, evitando utilizar termos masculino para expressar o universal humano, mas, também, não abordando as discussões de gênero:

Desde meados dos anos 70 [1970], a maioria dos teóricos vem tentando evitar, de uma ou de outra maneira, o uso genérico de termos masculinos de referência. Ao invés disso, eles tendem a utilizar termos como “alguém”, “ele ou ela”, “homens e mulheres”, “pessoas”, ou “mesmos”, ou utilizar termos de referência masculinos e femininos alternadamente. O problema com essas respostas meramente terminológicas aos desafios feministas é que elas frequentemente comprometem a credibilidade e algumas vezes levam a resultados sem sentido. Termos neutros, se usados sem atenção de fato às questões de gênero, frequentemente obscurecem o fato de que grande parte da experiência real das “pessoas”, enquanto elas viverem em sociedades estruturadas por relações de gênero, de fato depende de qual é seu sexo.⁵²

A proposta do uso de termos neutros, apesar de ter o intuito de equipar, conotar igualdade e tirar a marca de gênero da língua, parece ficar apenas no campo semântico. Os termos neutros até podem carregar uma intenção igualitária no seu uso, no entanto, eles acabam omitindo problemas que, na maioria dos casos, são vividos apenas por mulheres, como, por exemplo, a violência doméstica, o aborto, a responsabilidade com

⁵¹ BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014. p. 32.

⁵² OKIN, Susan. (2008) *Gênero, público e privado*. pp. 309-310.

os cuidados do lar, a criação dos filhos, entre outros.⁵³ Termos gerais passam uma falsa ideia de igualdade, pois, apesar de homens e mulheres serem seres humanos, os papéis sociais atribuídos para cada um não são iguais. Generalizar homens e mulheres não resolve o problema, apenas o esconde. A sociedade é generificada, e o binarismo homem/mulher, feminino/masculino está pressuposto nas relações políticas, econômicas e familiares por vezes de modo sutil, por vezes de modo escancarado. O “gênero” é difuso social e politicamente, e a língua jamais será capaz de dar conta, por si só, de um problema que faz parte da realidade vivida e experimentada. É necessário evidenciar isso para a compreensão da dimensão público/doméstico. Nesse sentido:

As falhas por parte do pensamento político recente no sentido de considerar a família, e o uso de linguagem neutra em relação ao gênero, resultam, em conjunto, em uma contínua negligência, por parte dos teóricos das correntes hegemônicas, em relação ao tema profundamente político do gênero. A linguagem que eles empregam faz literalmente pouquíssima diferença no que eles fazem, que é escrever sobre homens, e sobre aquelas mulheres que conseguem, a despeito da estrutura de gênero da sociedade em que vivem, adotar padrões de vida que se desenvolveram adaptados aos homens.⁵⁴

O problema com o qual estamos tratando, portanto, diz respeito à maneira como a negligência política e social nas questões relacionadas a sexo e gênero está intimamente relacionada a uma das supostas “ferramentas de igualdade”: apenas e tão somente um uso linguístico, ralo, fraco e incapaz de expressar ou fomentar discussões, quiçá, soluções. Essa “ferramenta linguística”, por sua vez, é carregada de um sentido público. Mais do que isso, é carregada de política. Política que esconde a segregação e as marcas dos estereótipos que carrega, relegando, assim, ao âmbito particular (e, portanto, íntimo e de foro pessoal) aquilo com o que não consegue (ou não quer) lidar.

É neste ponto de conflito entre as esferas público e privada que o feminismo contemporâneo têm trabalhado no sentido de demonstrar que, enquanto não ficar evidenciado que as compreensões de sexo e gênero são construções sociais não diretamente determinadas por fatores biológicos, e que soluções como o uso de

⁵³ Segundo a pesquisa, “Trabalho feminino e vida familiar: escolhas e constrangimentos na vida das mulheres no início do século XXI”, desenvolvida no Núcleo de Estudos de População Elza Berquó (Nepo) da Unicamp (Universidade de Campinas), nove entre cada dez mulheres brasileiras cumprem jornadas de trabalho (remunerado) de 40 a 44 horas semanais. A maioria dedica ao trabalho doméstico (não remunerado) entre 20 e 25 horas semanais com cuidados com a casa e os filhos. A mesma pesquisa aponta que, enquanto a maioria das mulheres com idades entre 16 e 60 anos realiza as tarefas domésticas, apenas quatro entre dez homens na mesma faixa etária realizam trabalhos domésticos. O número de horas aplicadas aos cuidados do lar também é menor: eles dedicam, em média, 8 a 9 horas semanais.

⁵⁴ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, p. 311.

impessoalidade política não passam de meras soluções linguísticas que não são capazes de dar conta das demandas reais criadas pela problemática de sexo e gênero, estaremos fadados a enfrentar problemas sociais como a limitação das mulheres em determinadas circunstâncias. É o caso, por exemplo, da participação das mulheres na política, sua ausência em determinados cargos no mundo do trabalho e em determinados espaços vistos como tipicamente masculinos. Outro problema é a hipervaloração das mulheres em outras situações como, por exemplo, em relação às responsabilidades para com os filhos, julgamentos morais expressivamente diferentes quando comparados aos homens por conta de questões como o aborto, uso de entorpecentes, bebida alcoólica, responsabilidade de contracepção e liberdade acerca do uso sexual do próprio corpo:

Nós não podemos entender as esferas “públicas” – o estado do mundo do trabalho ou do mercado – sem levar em conta o fato de que são generificadas, o fato de que foram construídas sob a afirmação da superioridade e da dominação masculinas e de que elas pressupõem a responsabilidade feminina pela esfera doméstica. É preciso perguntar: as práticas nos locais de trabalho, no mercado ou no parlamento seriam as mesmas se elas tivessem se desenvolvido pressupondo que seus participantes teriam de acomodar-se às necessidades de dar à luz, educar um filho, e às responsabilidades da vida doméstica? As políticas e seus resultados seriam os mesmos se aqueles que nelas estão engajados fossem pessoas que também tivessem responsabilidades cotidianas significativas voltadas para os cuidados dos outros, ao invés de serem aqueles que menos probabilidade têm, em toda a sociedade, de ter essa experiência?⁵⁵

Nas duas esferas, os problemas encarados pelas mulheres estão sempre eximidos de uma discussão relevante justamente pela sutileza que marca essa segregação. Contudo, no que diz respeito ao âmbito doméstico, os problemas se tornam ainda piores e mais sem perspectivas de solução. A questão é que estamos diante de um grande equívoco: não há demarcações antagônicas quando pensamos nos problemas públicos e privados justamente porque o público legitima e, por vezes, acentua – por naturalizar diferenças vagas que se constroem no público e se direcionam para o particular – a segregação que já existe nas camadas superiores onde há legislação. Às questões de domínio doméstico resta apenas a aceitação e o consentimento justamente por ocorrerem na intimidade das relações familiares. É aqui, portanto, onde reside o fato que os homens possuem uma marcação política muito menos opressiva do que aquela que recaí (sutilmente) sobre as mulheres.

É necessário pontuarmos que, apesar de destacarmos os termos neutros como problemáticos, não estamos, de forma alguma, afirmando que separar homens e mulheres

⁵⁵ OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”, p. 320.

por gênero e sexo seja a solução para uma sociedade mais justa. Todavia, evidenciar o gênero e o sexo como criações humanas, que envolvem relações de poder, contribui para uma melhor visualização do problema e, mais do que isso, desmascarar as sutilezas que engendram a opressão contribui efetivamente no sentido de dar um rumo claro ao problema em questão, criando um caminho de condições e de possibilidades políticas para sua solução:

O gênero é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político foi concebido, legitimado e criticado. Ele se refere à oposição masculino/feminino e fundamenta ao mesmo tempo seu sentido. Para reivindicar o poder político, a referência tem que parecer segura e fixa fora de qualquer construção humana, fazendo parte da ordem natural ou divina.⁵⁶

Como vimos até aqui, as definições de gênero e sexo feitas a partir de diferenças biológicas, somadas a uma disposição desinteressada na complexidade humana, contribuem para a caracterização dos papéis sociais desiguais entre homens e mulheres, seja na esfera pública, seja na esfera privada – e, conseqüentemente, na esfera doméstica. O movimento para a desnaturalização das características atribuídas a mulheres e homens perpassa pela reflexão acerca da criação do sexo e do gênero ao longo dos períodos históricos. Tendo em mente a necessidade de uma reflexão profunda sobre essas construções de sexo e gênero, poderíamos afirmar, por exemplo, que tal procedimento já implicaria em novas maneira de construir e significar as esferas pública e privada.

⁵⁶ SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para análise histórica*, p. 27

CONCLUSÃO

Antes de qualquer consideração acerca dos resultados dessa pesquisa, é necessário ponderar que existem hoje inúmeras e complexas questões que atravessam a discussão de sexo e gênero, assuntos que demandariam muito mais levantamento bibliográficos do que esta pesquisa demandou. No entanto, acreditamos que, até aqui, fomos capazes de expor aquilo que supomos ser minimamente necessário para que o assunto possa ser tratado.

Feitas tais considerações, concluímos que muitos fatores contribuem para o que atualmente entendemos com a palavra sexo e gênero, e que parte dessa compreensão é diretamente influenciada pelas relações de poder. Pensar em igualdade, liberdade, justiça e privacidade é pensar sexo e gênero de forma política. Certamente, dado que o assunto é por demais complexo e há ainda uma gama de questões a serem discutidas, não trouxemos nenhuma solução ou prescrição para o caso, no entanto, dentro do escopo dessa pesquisa, acreditamos que foi possível refletir sobre alguns aspectos essenciais sobre o tema.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Carolina. *Mulheres na Pós-Graduação em Filosofia no Brasil – 2015*. São Paulo: ANPOF, 2016, disponível em:

http://anpof.org/portal/images/Documentos/ARAUJOCarolina_Artigo_2016.pdf Acesso em: 23/03/2016.

BIROLI, Flávia. “O público e o privado”. In *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.

CHODOROW, Nancy. *The Reproduction of Mothering: Psychoanalysis and the Sociology of Gender*, Berkeley: University of California Press. 1978.

GARCIA, Carla Cristina. *Breve História do Feminismo*. 1. ed. São Paulo: Editora Claridade, 2011.

LAQUEUR, Thomas. *Inventando o sexo: corpo e gênero dos gregos a Freud*. Trad. Vera Whately. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

MCKINNON, Catherine. *Feminism, Marxism, Method and the State: An Agenda for Theory*. In *Signs*, 7, (Spring 1982).

OKIN, Susan. “Gênero, público e privado”. In *Estudos Feministas*, vol. 16, n. 2, Florianópolis, 2008.

PATEMAN, Carole, *Feminist Critiques of the Public/Private Dichotomy*. In: BENN, Stanley I., and GAUS, Gerald F. (eds.). *Public and Private in Social Life*. London: Croom Helm, 1983.

SCOTT, Joan. *Gênero: uma categoria útil para a análise histórica*. Recife: SOS Corpo, 1995. (Tradução/Artigo).